

VII ENCONTRO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Camaçari foi o Município escolhido para sediar o VII Encontro Nacional de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, realizado em Salvador/BA, em outubro de 2007. O encontro reuniu 60 pessoas, entre membros do Ministério Público Federal, do Ministério Público dos Estados, autoridades, convidados e servidores.

A subprocuradora-geral da República e coordenadora da 4ª Câmara, Sandra Cureau, fez a abertura do evento na mesa composta pela subprocuradora-geral da República e membro titular da 4ª CCR, Helenita Caiado de Acioli, pelo vice-procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, e pelo procurador-chefe da Procuradoria da República no estado da Bahia, Danilo Pinheiro Dias, além de outras autoridades.

Temas tratados no encontro

Mudanças climáticas globais foi o tema de abertura. Paula Bennati, do Ministério do Meio Ambiente, e Larissa Schmidt, do Ministério da Ciência e Tecnologia, falaram sobre o assunto. Segundo Paula, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que estabelece informações sobre as mudanças climáticas, trabalha com cenários. Isso quer dizer que não há precisão sobre os efeitos que o aquecimento global pode causar. Segundo Paula, o IPCC, que estabelece informações sobre as mudanças climáticas, trabalha com cenários. "A ciência não trabalha com 100% de certeza. No entanto, quando o IPCC diz que é muito provável que o aquecimento global tenha como causa a origem antrópica, a chance disso ser uma certeza é grande", disse.

Quanto aos danos ambientais que podem ser causados, ela destaca que, devido à enorme biodiversidade, o Brasil é um dos países vulneráveis às mudanças climáticas. Cita como consequência do aquecimento mais desertificação e até uma provável savanização da Amazônia.

A palestrante ressaltou o trabalho do Ministério do Meio Ambiente em relação às mudanças climáticas. Internacionalmente, o Ministério faz parte da delegação brasileira nas negociações sobre mudança do clima onde são discutidas propostas de incentivos positivos do Brasil de combate ao desmatamento e participa ativamente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), - o Brasil é o terceiro em números de projetos de MDL. Internamente, o Ministério fomenta projetos de MDL, é vice-presidente da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - autoridade designada no Brasil para aprovar projetos de MDL. Paula chama a atenção para a criação da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, que veio fortalecer o tema no Ministério, inclusive, com a chegada de novos analistas ambientais que integram a equipe.

Terreiros de Candomblé

Na mesa redonda sobre patrimônio cultural, um assunto foi destaque: o tombamento dos Terreiros de Candomblé, apresentado pela professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Odete Dourado. Ela explicou que são seis os terreiros de candomblé já tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O primeiro tombamento foi o do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, em 1986. Odete acrescenta que o levantamento arquitetônico é um requisito fundamental para o tombamento. Os monumentos e as manifestações culturais de afrodescendentes ganharam o reconhecimento como referências culturais importantes para o povo brasileiro.

E por falar em encontro ambiental na Bahia, como está a polêmica transposição do rio São Francisco?

Durante a programação do evento, a promotora de Justiça do Estado da Bahia Luciana Khoury falou sobre o início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, pelo Exército, mesmo com as 14 ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal. Atualmente, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito assumiu o caso e vai apreciar o pedido. Caso não seja favorável, haverá recurso do Ministério Público até ser apreciado o pedido de liminar.

Sobre o trabalho do Ministério Público no Projeto de Transposição, ela ressaltou a atuação integrada com a 4ª e a 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão, além da parceria dos Ministérios Públicos Federal e dos Estados. Destacou, ainda, a necessidade de um trabalho de fiscalização produtiva, com os órgãos ambientais estaduais e federais verificando os problemas dos municípios acerca, por exemplo, das propriedades rurais e do saneamento, além dos danos ambientais na bacia diagnosticando e adotando medidas corretivas. Para terminar, a promotora falou que a sociedade baiana é contrária ao projeto porque sabe das ilegalidades que ele traz em relação aos nossos recursos hídricos.

Outros destaques

Nos três dias do encontro, além de outros temas atuais, foram apresentadas palestras sobre o ordenamento urbano e sobre a compatibilização das unidades de conservação com as populações tradicionais.

Atuação dos grupos de trabalho

Os grupos de trabalho da 4ª Câmara falaram sobre as atividades desenvolvidas e o planejamento para o próximo ano. Houve, também, oficinas de trabalho, oportunidade em que membros e servidores trocaram informações sobre o trabalho feito nos GTs e sugeriram novas estratégias de atuação.

Com a palavra, o vice-procurador-geral da República

No fim do encontro, o vice-procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, disse que os encontros da 4ª Câmara sempre tiveram resultados muito úteis para a atuação institucional. "O VII Encontro confirma isso, ou seja, voltaram a ser discutidos temas extremamente relevantes, complexos e atuais. Os resultados sempre são muito bons no sentido de definir aquilo que a gente chama de programa mínimo de atuação do Ministério Público Federal em todo o país. O encontro define o norte de atuação", finalizou.